

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

A INVESTIGAÇÃO POLICIAL CONSTITUCIONALIZADA.....	35
1. A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO E DA INVESTIGAÇÃO POLICIAL	35
2. A INVESTIGAÇÃO POLICIAL COMO UM PROCEDIMENTO À LUZ DO PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO	38
3. POLÍCIA JUDICIÁRIA E INVESTIGAÇÃO POLICIAL.....	49
3.1. As atribuições da polícia civil e da polícia federal	52
3.2. Termo de cooperação entre as Polícias Cíveis e Federal.....	54
3.3. As polícias devem adquirir câmeras ou instrumentos GPS para filmar a atuação policial e garantir a constitucionalidade do ato?.....	56
4. POLÍCIA MILITAR E INVESTIGAÇÃO POLICIAL	57
4.1. A atribuição investigativa da Polícia Civil e a Lei nº 13.491/17.....	60
4.2. Homicídio doloso cometido por policial militar contra civil: atribuição investigativa da Polícia Civil ou da Polícia Militar?	62
5. MINISTÉRIO PÚBLICO E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	68
5.1. Poder investigativo do Ministério Público.....	68
5.2. Controle externo da atividade policial	79
5.3. Pode o Ministério Público requisitar a instauração de inquérito policial no curso do Procedimento Investigativo Criminal (PIC)?.....	86
6. GUARDA MUNICIPAL E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	89
7. OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DA INVESTIGAÇÃO PARTICULAR: A REPERCUSSÃO DA LEI Nº 13.432/17	93
8. O PODER DE REQUISIÇÃO DOS ADVOGADOS NO CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO PARTICULAR.....	99
9. DIREITO DE GREVE DAS POLÍCIAS CÍVIS E FEDERAL	103
10. UM BREVE DEBATE ACERCA DA PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS DE INVESTIGAÇÃO	104
11. O ROL DO ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. A POLÍCIA CIENTÍFICA E SUA RELAÇÃO COM A POLÍCIA CIVIL.....	106
12. ADVOCACIA EM CAUSA PRÓPRIA POR POLICIAL CIVIL OU MILITAR DA ATIVA – LEI Nº 14.365/2022	108
13. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E SUA PRESIDÊNCIA POR MEMBRO DO PODER JUDICIÁRIO – INQUÉRITO DAS “FAKE NEWS”	109

CAPÍTULO II

ATUAÇÃO DO DELEGADO DE POLÍCIA NA ATUAL ORDEM CONSTITUCIONAL.....	111
1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CARGO DO DELEGADO DE POLÍCIA E DO INQUÉRITO POLICIAL.....	111
2. O DELEGADO DE POLÍCIA NA ESTRUTURA DA POLÍCIA CIVIL.....	113
3. O DELEGADO DE POLÍCIA NA ATUAL ORDEM CONSTITUCIONAL	116
3.1. A Constituição Federal de 1988 como fundamento de legitimidade da conduta policial: poder discricionário ou poder vinculado?.....	116
3.2. Possibilidade da atuação do delegado de polícia no controle de convencionalidade das leis, na aplicação da teoria da recepção e no controle difuso de constitucionalidade das leis.....	122
3.2.1. Controle difuso de constitucionalidade das leis.....	122
3.2.2. Controle de convencionalidade das leis	125
3.2.3. Teoria da recepção das normas	127
3.3. Carreira jurídica.....	129
4. O CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA.....	132
4.1. Provimento originário precedido por concurso público.....	132
4.2. Capacidade postulatória e representação da autoridade policial por medidas cautelares	132
4.3. Aposentadoria especial.....	135
5. PRERROGATIVAS DO CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA.....	136
5.1. Irredutibilidade de subsídios.....	136
5.2. Estabilidade ou vitaliciedade?.....	136
5.3. Inamovibilidade?	137
5.4. Da autonomia funcional para a independência técnica do Delegado de Polícia: os limites da Corregedoria de Polícia e da ação civil pública por ato de improbidade	140
5.5. Foro por prerrogativa de função	145
5.6. Mesmo tratamento protocolar dos magistrados, membros da Defensoria Pública, do Ministério Público e advogados.....	146
5.7. O Delegado de Polícia e a sua (dis)função como testemunha na ação penal... ..	147
6. A FUNDAMENTAÇÃO COMO DEVER CONSTITUCIONAL E BASE DO GARANTISMO	149
7. A IMPARCIALIDADE E O DELEGADO DE POLÍCIA	151
7.1. A imparcialidade como dever constitucional para a presidência do inquérito policial.....	151
7.2. O dever de suspeição das autoridades policiais no contexto da imparcialidade.....	155
8. ATRIBUIÇÕES DO DELEGADO DE POLÍCIA E A DELIMITAÇÃO DA SUA ÁREA DE ATUAÇÃO.....	157
9. NATUREZA JURÍDICA DA REQUISICÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E SUA CONSEQUÊNCIA PRÁTICA NO INQUÉRITO POLICIAL	159

10. O GABINETE DO DELEGADO DE POLÍCIA E O CRIME DE VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO.....	165
11. O DELEGADO DE POLÍCIA E O CRIME DE DESOBEDIÊNCIA.....	166
CAPÍTULO III	
INQUÉRITO POLICIAL	169
1. A FASE PRÉ-PROCESSUAL DA AÇÃO PENAL.....	169
2. CONCEITO E FINALIDADE DO INQUÉRITO POLICIAL.....	169
3. CARACTERÍSTICAS DO INQUÉRITO POLICIAL.....	171
3.1. Administrativo.....	171
3.2. Dispensável?.....	171
3.3. Forma escrita.....	172
3.4. Sigiloso: a análise da súmula vinculante nº 14, o acesso do advogado ao inquérito policial e a Lei nº 13.245/16.....	173
3.5. Inquisitivo: a atuação do advogado no inquérito policial e a Lei nº 13.245/16.....	181
3.6. Indisponível.....	190
3.7. Oficial ou oficialidade.....	191
3.8. Tramitação de ofício ou oficiosidade.....	191
3.9. Temporalidade (procedimento temporário).....	191
3.10. Discricionário.....	192
3.11. Informativo.....	192
3.12. Sistemático.....	193
3.13. Unidirecional?.....	193
4. INÍCIO DO INQUÉRITO POLICIAL E A <i>NOTITIA CRIMINIS</i>	194
4.1. Ação penal pública incondicionada.....	199
4.2. Ação penal pública condicionada.....	202
4.3. Ação penal privada.....	202
5. O PROCEDIMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL.....	203
5.1. Prazos para a conclusão do inquérito policial e o modo de contagem de tais prazos.....	203
5.2. Relatório conclusivo do inquérito policial.....	207
5.3. Destinatários dos autos do inquérito policial.....	211
5.3.1. Destinatários dos autos do inquérito policial na ação penal pública.....	211
5.3.2. Destinatários dos autos do inquérito policial na ação penal privada.....	213
5.4. Acordo de não persecução penal.....	214
6. ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO NO INQUÉRITO POLICIAL.....	215
6.1. Regra geral – Art. 6º do CPP.....	215
6.2. A condução coercitiva do indiciado, do investigado ou das testemunhas.....	221
6.3. A oitiva do indiciado e das testemunhas.....	226
6.4. A oitiva do policial e o seu valor probatório.....	232
6.5. O depoimento do menor.....	234

6.6.	O depoimento da mulher em situação de violência doméstica ou familiar.....	235
6.7.	O depoimento do índio.....	237
6.8.	Avaliação das coisas relacionadas ao crime.....	238
6.9.	Reconstituição do crime ou reprodução simulada dos fatos.....	238
6.10.	Intervenções corporais.....	240
6.11.	A problemática questão dos elementos de informação ilegais no inquérito policial.....	241
6.11.1.	A teoria dos frutos da árvore envenenada.....	243
6.11.2.	A Teoria do encontro fortuito das provas (serendipidade ou crime achado).....	248
6.11.3.	A interceptação, a escuta e a gravação clandestina.....	253
6.11.3.1.	Interceptação.....	253
6.11.3.2.	Escuta.....	254
6.11.3.3.	Gravação clandestina ou captação direta.....	256
6.11.4.	Momento de análise e possibilidade de desentranhamento dos elementos de informação ilícitos no curso do inquérito policial.....	259
7.	CADEIA DE CUSTÓDIA.....	265
7.1.	Conceito.....	265
7.2.	Procedimento da cadeia de custódia.....	265
7.3.	Perícia e cadeia de custódia.....	267
7.4.	Cadeia de Custódia e a Prova Digital.....	268
8.	INDICIAMENTO.....	268
8.1.	Procedimento do ato de indiciamento e o problema do silêncio legislativo....	270
8.2.	Formas de indiciamento.....	271
8.3.	Consequências do indiciamento.....	272
8.4.	O indiciamento na hipótese de lavratura do auto de prisão em flagrante delito.....	273
8.5.	Limitações ao indiciamento.....	273
8.6.	Desindiciamento.....	274
8.7.	Conclusão do inquérito policial sem indiciamento.....	275
9.	IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL.....	276
9.1.	Identificação civil e identificação criminal.....	276
9.2.	Identificação criminal do menor.....	278
9.3.	Identificação criminal por meio de coleta de material biológico para a obtenção de perfil genético.....	278
9.4.	Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais.....	282
9.5.	Identificação criminal e abuso de autoridade.....	283
10.	INCOMUNICABILIDADE DO PRESO.....	283
11.	ATUAÇÃO DO MAGISTRADO NO INQUÉRITO POLICIAL E O PROBLEMA RELATIVO AO VALOR PROBATÓRIO DO INQUÉRITO POLICIAL.....	284
12.	ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO INQUÉRITO POLICIAL.....	288

13. COLABORAÇÃO OU DELAÇÃO PREMIADA	289
13.1. Conceito e natureza jurídica	289
13.2. Iniciativa e Procedimento	290
13.3. Requisitos da colaboração premiada.....	292
13.4. Impugnação do acordo de colaboração premiada por coautores ou partícipes.....	294
13.5. Consequências da colaboração premiada.....	295
13.6. A questão da constitucionalidade envolvendo a iniciativa do Delegado de Polícia na colaboração premiada	295
13.7. A natureza sigilosa da colaboração premiada.....	299
14. ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL	301
14.1. Arquivamento direto e a coisa julgada no inquérito policial.....	302
14.1.1. Natureza jurídica da deliberação que determina o arquivamento do inquérito policial	308
14.1.2. Pedido de arquivamento em ação penal privada.....	309
14.1.3. Retratação do pedido de arquivamento pelo Ministério Público.....	309
14.1.4. Arquivamento direto, juiz absolutamente incompetente e certidão de óbito falsa	310
14.2. Arquivamento indireto: uma questão que envolve conflito de jurisdição no âmbito do Poder Judiciário e conflito de atribuições entre membros do MP ..	311
14.2.1. O problema do conflito de jurisdição	311
14.2.2. O problema do conflito de atribuições.....	312
14.3. Arquivamento implícito ou tácito	313
14.4. Arquivamento no juizado especial criminal	314
14.5. Arquivamento de inquérito policial na hipótese de atribuição do Procurador-Geral da República ou do Procurador-Geral de Justiça	315
14.6. Cabe recurso da decisão judicial que determina o arquivamento do inquérito policial?.....	316
14.7. O juiz pode arquivar de ofício o inquérito policial?	317
15. INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA.....	317
16. <i>HABEAS CORPUS</i> NO CURSO DO INQUÉRITO POLICIAL	318
17. O INQUÉRITO POLICIAL EM FACE DAS AUTORIDADES COM FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO.....	320
17.1. Distinguindo entendimentos sobre a incidência do foro por prerrogativa de função entre o STF e o STJ.....	320
17.2. Foros por prerrogativa de função na Constituição Federal.....	325
17.3. A questão da pertinência temática	327
17.4. A questão do momento da fixação da competência definitiva	329
17.5. Reeleição e mandatos	330
17.6. Coautoria e foro por prerrogativa de função	332
17.7. Foro por prerrogativa e aplicação do art. 221 do CPP	333

17.8. Delegado de Polícia pode investigar ou indiciar magistrado e membro do Ministério Público?.....	333
18. PRIORIDADES OU PREFERÊNCIAS NAS TRAMITAÇÕES EM INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS.....	336
19. INVESTIGAÇÃO EM FACE DE AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	338
20. RECONHECIDA A REPERCUSSÃO GERAL DE UMA QUESTÃO PELO STF, É POSSÍVEL A SUSPENSÃO DO TRÂMITE DO INQUÉRITO POLICIAL?	340
21. MODELOS	340
21.1. Portaria de instauração de inquérito policial.....	340
21.2. Mandado de intimação.....	341
21.3. Depoimento das testemunhas e vítimas.....	342
21.4. Depoimento sigiloso.....	342
21.5. Interrogatório do suposto autor do fato	344
21.6. Ordem de serviço.....	344
21.7. Decisão de indiciamento.....	345
21.8. Relatório conclusivo do inquérito policial (com ou sem indiciamento, no CPP ou na Lei de Drogas)	345

CAPÍTULO IV

A NOVA SISTEMÁTICA DA PRISÃO EM FLAGRANTE.....	349
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	349
2. CONCEITO	351
3. NATUREZA JURÍDICA.....	352
4. FUNDAMENTO NORMATIVO.....	355
4.1. Constitucional.....	355
4.2. Convencional	356
4.3. Legal.....	356
5. TIPICIDADE TAXATIVA DAS HIPÓTESES DE FLAGRÂNCIA	357
5.1. Flagrante próprio ou real.....	358
5.2. Flagrante impróprio ou irreal.....	359
5.3. Flagrante presumido	360
6. SUJEITOS DA PRISÃO EM FLAGRANTE	361
6.1. Sujeito ativo.....	361
6.1.1. Flagrante facultativo	361
6.1.2. Flagrante necessário	362
6.2. Sujeito passivo.....	363
6.2.1. Imunidades pessoais absolutas à prisão em flagrante.....	363
6.2.2. Imunidades pessoais relativas à prisão em flagrante.....	365
7. PRAZO PARA A LAVRATURA E REMESSA DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE...	365
8. COMPETÊNCIA PARA A LAVRATURA DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	366
9. PRISÃO EM FLAGRANTE SEGUNDO A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA.....	368

9.1.	Flagrante esperado.....	368
9.2.	Flagrante preparado, provocado, delito de experiência, de ensaio ou putativo por obra do agente provocador	369
9.3.	Flagrante forjado	374
9.4.	Flagrante postergado, diferido, retardado ou ação controlada.....	375
10.	QUESTÕES PECULIARES DA PRISÃO EM FLAGRANTE	377
10.1.	Crime permanente	377
10.2.	Crime habitual.....	379
10.3.	Crime continuado.....	381
10.4.	Infrações penais de menor potencial ofensivo.....	381
10.5.	Violência doméstica e familiar contra a mulher	382
10.6.	Lei de drogas	385
10.7.	Acidentes de trânsito que resulte vítima	386
10.8.	Crimes de ação penal pública condicionada à representação e de ação penal privada	387
10.9.	Violência doméstica e familiar contra criança e adolescente	389
11.	PRISÃO EM FLAGRANTE DE:.....	390
11.1.	Senadores, deputados federais, estaduais e distritais.....	390
11.2.	Agentes consulares	391
11.3.	Membros da magistratura e do Ministério Público.....	391
11.4.	Advogados, Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores Federais e Procuradores do Banco Central do Brasil.....	394
11.5.	Outros sujeitos com foro especial por prerrogativa de função.....	395
11.6.	Militares.....	395
11.7.	Adolescentes	396
12.	PRISÃO EM FLAGRANTE FORA DO <i>LOCUS DELICTI</i>	396
13.	APRESENTAÇÃO ESPONTÂNEA E PRISÃO EM FLAGRANTE	397
14.	PRISÃO EM FLAGRANTE E USO PROGRESSIVO DA FORÇA.....	400
15.	PRISÃO EM FLAGRANTE E USO DE ALGEMAS.....	401
16.	FORMALIDADES DA LAVRATURA DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	408
16.1.	Fundamentação da justa causa para a prisão em flagrante e da tipificação da conduta.....	409
16.2.	Oitiva do condutor	412
16.3.	Oitiva das testemunhas.....	413
16.4.	Oitiva da vítima	414
16.5.	Oitiva do conduzido	414
16.6.	Despacho de atos ordinatórios do APF	418
16.7.	Nota de ciência dos direitos e garantias constitucionais.....	420
16.8.	Nota de “culpa” ou de imputação prévia.....	424
16.9.	Comunicação à família ou à pessoa indicada	425
16.10.	Comunicação e encaminhamento do auto de prisão em flagrante ao juiz.....	426

16.11. Comunicação e encaminhamento do auto de prisão em flagrante à Defensoria Pública.....	429
16.12. Comunicação e encaminhamento do auto de prisão em flagrante ao membro do Ministério Público	430
16.13. Casos específicos de comunicação da prisão em flagrante	430
16.14. Audiência de garantia ou de custódia	432
16.14.1. Considerações preambulares	432
16.14.2. Debates institucionais: argumentos contrários à audiência de garantia.....	433
16.14.3. Análise crítica dos argumentos contrários e tentativa de refutação..	436
16.14.3.1. Finalidade	436
16.14.3.2. Âmbito de incidência	437
16.14.3.3. Exigibilidade imediata	440
16.14.3.4. Competência para presidir a audiência de garantia.....	440
16.14.3.5. Desconfiança democrática.....	443
16.14.3.6. Carência estrutural e interpretação dos direitos fundamentais ao avesso.....	445
16.14.3.7. Direito do preso de mentir	445
16.14.3.8. Argumentos fortes	446
16.14.3.8.1. Consequências da não apresentação do preso.....	446
16.14.3.8.2. Interrogatório do preso como meio de prova.....	447
16.14.3.8.3. Prazo.....	448
16.14.3.8.4. Audiência de garantia por videoconferência	449
16.14.4. Boas práticas	450
16.14.5. Contraditório antecipado	453
16.14.6. Audiência de custódia de parlamentares com foro especial por prerrogativa de função	454
16.14.7. Audiência de custódia de militares.....	457
17. AFINAL, PODE O DELEGADO DE POLÍCIA RELAXAR A PRISÃO EM FLAGRANTE?..	458
18. PRISÃO EM FLAGRANTE E FIANÇA	460
19. EXAME DE CORPO DE DELITO DO AUTUADO	467
20. HIPÓTESES EM QUE O DELEGADO DE POLÍCIA PODE(RIA) DEIXAR DE FORMALIZAR A PRISÃO EM FLAGRANTE OU SUBSTITUÍ-LA POR PRISÃO DOMICILIAR	468
20.1. Quando o fato for praticado sob o manto de uma causa excludente de tipicidade, de ilicitude ou de culpabilidade	468
20.2. Quando outras medidas alternativas à prisão forem mais adequadas	473
20.3. Quando não for cabível a prisão preventiva	474
20.4. Quando for cabível a prisão domiciliar	475
21. MODELOS	476
21.1. Auto de prisão em flagrante.....	476

21.2. Despacho de providências no APF	478
21.3. Termo de entrega de preso	479
21.4. Auto de apresentação e apreensão.....	479
21.5. Nota de culpa ou de imputação preliminar	480
21.6. Nota de ciência das garantias constitucionais	480
21.7. Comunicado da prisão à família ou pessoa indicada.....	481
21.8. Termo de entrega ou devolução.....	481
21.9. Comunicação e encaminhamento do APF ao juiz	482
21.10. Comunicação e encaminhamento do APF à Defensoria Pública.....	482
21.11. Comunicação e encaminhamento do APF ao Ministério Público	483
21.12. Comunicação e encaminhamento do APF ao delegado (caso seja outro o que continuará com as investigações).....	483
21.13. Guia de recolhimento	484
21.14. Encaminhamento do APF e do autuado ao estabelecimento prisional onde ficará custodiado	484
21.15. Despacho de arbitramento de fiança	485
21.16. Despacho denegatório de fiança	485
21.17. Termo de depósito de fiança	485
21.18. Termo de fiança.....	486
21.19. Alvará de soltura	486

CAPÍTULO V

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA – TCO.....	487
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	487
2. CONCEITO	488
3. FUNDAMENTO NORMATIVO.....	489
3.1. Constitucional.....	489
3.2. Legal.....	490
4. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CPP.....	491
5. PRINCIPAIS CONCEITOS E INSTITUTOS JURÍDICO-PENAIIS COM RESSONÂNCIA NA ATIVIDADE POLICIAL DE APURAÇÃO DE INFRAÇÕES PENAIIS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO.....	491
5.1. Infrações penais de menor potencial ofensivo	491
5.1.1. Contravenções penais.....	492
5.1.2. Crimes com pena máxima igual ou inferior a 2 (dois) anos	493
5.2. Autoridade policial	495
5.3. Conexão de infrações penais de menor potencial ofensivo.....	501
5.4. Causas de aumento e de diminuição de pena.....	502
5.5. Concurso material, concurso formal e crime continuado	503
5.6. Substituição do inquérito policial pelo termo circunstanciado de ocorrência	506
5.7. Dispensa da formalização da prisão em flagrante e da fiança.....	506
5.8. Representação e requerimento do ofendido.....	507

5.9.	Violência doméstica e termo circunstanciado	507
5.10.	Termo circunstanciado para crimes com pena superior a dois anos?.....	509
5.10.1.	Na hipótese de crimes de trânsito.....	509
5.10.2.	Na hipótese de crimes previstos no Estatuto do Idoso	511
6.	FORMALIZAÇÃO DO TCO.....	512
6.1.	Ausência de previsão legal e carência de informações: dificuldades futuras ...	512
6.2.	Uma proposta elementar: prevenindo as dificuldades futuras.....	513
6.3.	Elementos constitutivos do TCO.....	514
7.	REGISTRO DO TCO EM LIVRO PRÓPRIO.....	515
8.	DEVOLUÇÃO DO TCO PARA DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES.....	515
9.	MODELOS	516
9.1.	Termo circunstanciado de ocorrência	516
9.2.	Termo de representação	516
9.3.	Termo de compromisso de comparecimento	517
CAPÍTULO VI		
APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL		519
1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	519
2.	AUTO DE INVESTIGAÇÃO DE ATO INFRACIONAL: CONCEITO	520
3.	FUNDAMENTO NORMATIVO.....	521
3.1.	Constitucional.....	521
3.2.	Convencional	522
3.3.	Legal.....	524
4.	CRIANÇA E ADOLESCENTE	524
5.	ATO INFRACIONAL.....	526
5.1.	Conceito.....	526
5.2.	Estrutura dogmática do ato infracional: tipicidade, antijuridicidade e censurabilidade	526
5.3.	Afinal, pode o adolescente ser responsabilizado quando o imputável, nas mesmas circunstâncias, não o seria?	529
5.4.	Consequências de um tratamento isonômico entre adolescente infrator e maior imputável	530
5.4.1.	Exercício do direito de queixa ou representação pela vítima.....	530
5.4.2.	Ato infracional de menor potencial ofensivo	533
6.	FLAGRANTE DE ATO INFRACIONAL.....	534
6.1.	Apenas violência real?	535
6.2.	Auto de apreensão em flagrante de ato infracional – AFAI	538
6.2.1.	Formalização	538
6.2.2.	Coautoria entre adolescente infrator e maior imputável	539
6.3.	Boletim de ocorrência circunstanciada – BOC.....	540

6.4.	Liberação ou restrição da liberdade do adolescente infrator apreendido em flagrante?.....	540
6.5.	Termo de responsabilidade.....	541
6.6.	Transporte do adolescente infrator.....	542
6.7.	Local destinado à restrição da liberdade do adolescente.....	542
6.8.	Criança como autora de ato infracional.....	543
7.	INTERNAÇÃO CAUTELAR DE ADOLESCENTE.....	543
8.	PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO APURATÓRIO DE ATO INFRA-CIONAL.....	544
9.	MODELOS.....	545
9.1.	Auto de apreensão em flagrante de ato infracional – AFAI.....	545
9.2.	Boletim de ocorrência circunstanciada – BOC.....	547
9.3.	Termo de recebimento e compromisso de apresentação.....	548

CAPÍTULO VII

	MEDIDAS CAUTELARES NA INVESTIGAÇÃO POLICIAL.....	549
1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	549
2.	APONTAMENTOS SOBRE A TEORIA GERAL DAS MEDIDAS CAUTELARES PENAIS.....	550
2.1.	Conceito.....	551
2.2.	Fundamento e finalidade.....	551
2.3.	Características.....	552
2.4.	Classificação.....	556
2.5.	Processo, ação ou apenas medidas cautelares penais?.....	557
2.6.	Afinal, pode o delegado de polícia representar por uma medida cautelar penal?.....	559
2.7.	Poder geral de cautela no processo penal.....	561
3.	MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS.....	562
3.1.	Prisionais.....	564
3.1.1.	Prisão preventiva.....	564
3.1.1.1.	Decretação da prisão preventiva: momento e legitimidade para requerê-la e decretá-la.....	565
3.1.1.2.	Pressupostos.....	568
3.1.1.3.	Finalidades específicas.....	569
3.1.1.4.	Hipóteses de cabimento (arts. 313 e 312, § 1º).....	571
3.1.1.5.	Banco Nacional de Mandados de Prisão – BNMP.....	576
3.1.1.6.	Substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar.....	576
3.1.1.7.	Revogação.....	578
3.1.1.8.	Fundamentação da decisão.....	579
3.1.1.9.	Prisão preventiva no período eleitoral.....	581
3.1.1.10.	Cumprimento do mandado de prisão em comarca distinta de onde foi decretada.....	583
3.1.2.	Prisão temporária.....	585

3.1.2.1.	Defeitos originais da prisão temporária.....	585
3.1.2.2.	Decretação da prisão temporária: momento e legitimidade para requerê-la e decretá-la.....	586
3.1.2.3.	Pressupostos.....	587
3.1.2.4.	Finalidades específicas.....	588
3.1.2.5.	Hipóteses de cabimento.....	591
3.1.2.6.	Prazo.....	595
3.1.3.	Prisão extradicional.....	597
3.2.	Não prisionais ou alternativas à prisão.....	599
3.2.1.	Decretação: momento e legitimidade para requerê-la e decretá-la.....	600
3.2.2.	Substituição, cumulação e revogação.....	601
3.2.3.	Pressupostos.....	602
3.2.4.	Finalidades específicas.....	603
3.2.5.	Medidas em espécie.....	603
3.2.5.1.	Comparecimento periódico em juízo (art. 319, inc. I, do CPP).....	603
3.2.5.2.	Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares (art. 319, inc. II, do CPP).....	604
3.2.5.3.	Proibição de manter contato com determinada pessoa (art. 319, inc. III, do CPP).....	605
3.2.5.4.	Proibição de ausentar-se da comarca (art. 319, inc. IV, do CPP).....	607
3.2.5.5.	Recolhimento domiciliar (art. 319, inc. V, do CPP).....	608
3.2.5.6.	Suspensão do exercício de função pública ou atividade econômica ou financeira (art. 319, inc. VI, do CPP).....	609
3.2.5.7.	Internação provisória (art. 319, inc. VII, do CPP).....	609
3.2.5.8.	Fiança (art. 319, inc. VIII, do CPP).....	612
3.2.5.9.	Monitoração eletrônica (art. 319, inc. IX, do CPP).....	613
3.2.5.10.	Proibição de ausentar-se do país (art. 320 do CPP).....	615
4.	MEDIDAS CAUTELARES REAIS, PATRIMONIAIS OU ASSECURATÓRIAS.....	615
4.1.	Considerações iniciais.....	615
4.2.	Classificação.....	617
4.3.	Sequestro de bens.....	619
4.3.1.	Conceito, natureza jurídica e finalidades.....	619
4.3.2.	Objeto.....	619
4.3.3.	Pressupostos.....	621
4.3.4.	Momento e legitimidade para requerer e decretar o sequestro de bens.....	622
4.3.5.	Sequestro de bens retardado, diferido, postergado ou de ação controlada.....	624
4.3.6.	Prazo eficaz do sequestro.....	625

4.3.7.	Utilização de bem apreendido ou sujeito a qualquer medida assecu- ratória pelos órgãos de segurança pública	626
5.	MEDIDAS CAUTELARES PROBATÓRIAS	628
5.1.	Interceptação telefônica	630
5.1.1.	Fundamento constitucional	630
5.1.2.	Interceptação, escuta, gravação e aplicação da Lei nº 9.296/96.....	631
5.1.3.	Interceptação telefônica, dados telefônicos e dados provenientes da internet.....	632
5.1.4.	Requisitos da interceptação telefônica	633
5.1.4.1.	Autorização judicial	633
5.1.4.2.	Indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal	633
5.1.4.3.	Impossibilidade de produção da prova por outros meios disponíveis.....	634
5.1.4.4.	Infração penal punida com reclusão	635
5.1.5.	Procedimento da interceptação telefônica.....	636
5.1.6.	Prazo da interceptação telefônica e a sua prorrogação	639
5.1.7.	Segredo de Justiça	640
5.1.8.	Portabilidade dos aparelhos celulares	640
5.1.9.	Interceptação ambiental (captação ambiental de sinais eletromagné- ticos, ópticos ou acústicos)	640
5.1.10.	A jurisprudência dos Tribunais Superiores e o tema das nulidades em sede de interceptação telefônica	642
5.2.	Dados telefônicos, correspondência, dados bancários e fiscal	644
5.2.1.	Fundamentos Constitucionais	644
5.2.2.	Sigilos de dados telefônicos e de dados cadastrais.....	645
5.2.3.	Sigilo da correspondência.....	659
5.2.4.	Sigilos bancário e fiscal.....	659
5.3.	Busca e apreensão pessoal e/ou domiciliar.....	661
5.3.1.	A busca (e apreensão) pessoal, abordagem policial e blitz policial ...	661
5.3.2.	Busca e Apreensão domiciliar	666
5.3.2.1.	Cumprimento da medida.....	669
5.3.2.2.	Busca e apreensão de pessoa em “situação de rua”	672
5.3.2.3.	Busca e apreensão em escritório de advocacia.....	672
5.3.2.4.	A busca e apreensão domiciliar e a descoberta de outros elementos probatórios.....	674
5.3.2.5.	Uso do rastreador do celular e a necessidade de se repre- sentar por mandado de busca e apreensão	676
5.3.2.6.	O mandado de prisão traz em si uma autorização para o cumprimento de uma busca e apreensão?	677
5.4.	Infiltração de agentes.....	678
5.4.1.	Conceito	679

5.4.2.	Requisitos	679
5.4.3.	Procedimento	682
5.4.4.	O agente infiltrado	683
5.4.4.1.	Aspectos criminais	683
5.4.4.2.	Direitos do agente infiltrado	684
5.4.5.	A infiltração de agentes de polícia na internet (lei de combate ao crime organizado)	685
5.4.6.	A infiltração de agentes de polícia na internet (ECA)	687
5.4.7.	Infiltração de agentes e ação controlada	690
5.4.8.	Tabela Comparativa	690
5.5.	Ação controlada	691
5.5.1.	Procedimento	693
5.5.2.	A situação flagrancial dos fatos que ocorreram no curso da ação controlada	695
5.5.3.	Ação controlada entre países	696
5.6.	Antecipação cautelar de provas	696
6.	MODELOS	696
6.1.	Representação pela prisão preventiva	696
6.2.	Representação pela prisão temporária	697
6.3.	Representação por medida cautelar alternativa à prisão	698
6.4.	Representação por sequestro de bens	699
6.5.	Representação pela interceptação telefônica	700
6.5.1.	Modelo a ser utilizado pelo Delegado de Polícia	700
6.5.2.	Modelo a ser utilizado pelo candidato ao concurso público ao cargo de Delegado de Polícia	703
6.6.	Representação por quebra de sigilo telefônico ou de correspondência	704
6.7.	Quebra de sigilo bancário e fiscal	705
6.8.	Representação por busca e apreensão	706
6.9.	Representação por infiltração de agentes	707
6.10.	Comunicação de ação controlada	709
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	711